

“Muita grade batendo, pessoas algemadas, fiquei louca”: o universo prisional cearense na perspectiva da assistente social Jô Feitosa.

Leonardo Sá
Izabel Accioly

O objetivo deste artigo é analisar as maneiras de falar sobre a realidade coletiva das prisões na perspectiva de uma assistente social que possui 26 anos de experiência profissional no universo de unidades que compõem o “sistema penitenciário” do Estado do Ceará. São as formas de experiência e de subjetividade de um agente social individual que atua como membro do quadro de especialistas do “sistema” que nos interessam discutir. A ênfase nas maneiras de falar de um único indivíduo que pertence ao quadro da administração do “sistema”, maneiras de falar sobre a vida social encarcerada, revela que estamos priorizando os relatos como dispositivos, que envolvem simultaneamente declarações de fatos, quando se diz algo sobre como as coisas são, que são inseparáveis de interpretações marcadas pelo lugar social de fala, ou seja, a questão do quem fala se conecta ao modo como o relato é orientado por uma situacionalidade no contexto da organização social (BECKER, 2009).

A partir das maneiras de falar sobre o social do sujeito desta pesquisa, buscaremos apresentar e discutir como suas formas de percepção, memória, imaginação e pensamento refletem seu contexto de atuação em diversas unidades do sistema penitenciário cearense ao longo do tempo. As maneiras de falar, portanto, estão referenciadas pelos itinerários, percursos, deslocamentos e trajetórias de nossa interlocutora no campo das instituições prisionais durante quase três décadas. Trata-se de buscar compreender como a agência de uma mulher, de uma especialista, que trabalha no sistema penitenciário, tendo vivenciado temporalidades e espacialidades múltiplas no “sistema”, com diversos itinerários de trabalho e inserções, torna possível visualizar um ângulo do funcionamento das práticas de divisão, controle e gestão dos espaços coletivos nas prisões. Baseado nas percepções e narrativas de nossa interlocutora sobre sua experiência profissional, o destaque da argumentação dirige-se para as dimensões simbólicas e morais dos ordenamentos e arranjos oficiais e informais de poder, os modos de discurso sobre o espaço interno da prisão e os regimes de

violência, cujas práticas de sentido são transversais ao espaço institucional e alcançam a vida nas ruas e nos lugares de residência dos detentos e egressos do sistema, bem como dos profissionais que nele trabalham, como agentes prisionais e assistentes sociais, dentre outros.

Quando nos referimos à agência de nossa interlocutora, a fim de afirmar que estamos interessados em explorar sua perspectiva, trabalhamos com a ideia de que as capacidades agentivas de Jô Feitosa nos permitem analisar como seus modos de percepção, afetos, desejos, pensamentos, medos e formações culturais, ou seja, sua subjetividade, no sentido que Sherry Ortner (2006) problematiza tal conceito, interage com e a partir de sua experiência no campo prisional. E neste ponto é preciso enfatizar que os medos também fazem parte da agência subjetiva de nossa interlocutora. A estratégia metodológica, por conseguinte, parte da premissa, dialogando com as discussões de Marilyn Strathern (2006) sobre o conceito de socialidade, para quem “a pessoa singular pode ser imaginada como um microcosmo social” (p.41). A pessoa singular, como pessoa compósita, que incorpora relações sociais, pode funcionar como o móbil de uma análise da experiência de um agente capaz para tornar possível elaborar uma generalidade do singular.

A subjetividade não pode ser reduzida a um efeito do controle social e nem às suas dimensões inconscientes, pois, como argumentam Biehl, Good e Kleinman (2007), a quem seguimos de perto, a subjetividade modela sensibilidades capazes de subverter processos pelo exercício da reflexividade, da criticidade e da criatividade. Há uma dimensão transformacional na subjetividade, mesmo operando em contextos de forte opressão e controle institucional como uma prisão. E as maneiras de falar, de pensar e de agir de nossa interlocutora são um exemplo concreto disso. São as formas de experiência e de subjetividade dela que estão sendo valorizadas pela reconstituição de sua narrativa a partir de um ponto intermediário entre seus discursos e descrições de práticas de sentido ao longo de sua trajetória.

Os autores também possuem experiências de campo, de observação direta e interlocução com agentes prisionais, presos e egressos do sistema, bem como sobre a conexão casa, rua, polícia e prisão nas dinâmicas criminais das favelas de Fortaleza. Desse modo, entrevistas em profundidade com a nossa interlocutora e o método biográfico estão na base da produção dos dados, com o apoio dessas outras práticas de

campo. Jô Feitosa formou-se em serviço social em 1983 e desde 1989 trabalha como assistente social no sistema penitenciário do Ceará. Possui experiência com mulheres presas, com instituições prisionais que já não mais existem, guardando uma memória relevante dessas instituições de um passado recente, passando por diversas unidades prisionais, incluindo o Manicômio Judiciário. Acompanhou e esteve presente nos eventos das principais rebeliões de presos no estado do Ceará. Dentre suas atividades ocupacionais, dispõe de tempo para fazer trabalho socioeducativo e artístico inovador com pessoas em situação prisional, incluindo oficinas de fanzine, teatro, estímulo à confecção de livros artesanais, psicodrama, além de ter criado acessos a alas prisionais que são consideradas pelas gestões como “problemáticas”.

Partindo do pressuposto de que a “realidade prisional” não existe independentemente dos agenciamentos de poder e desejo daqueles que as definem e a compõem como experiência existencial, a problematização do relato sobre as prisões, baseado nas práticas de conhecimento, nos relatos e nas reflexões, da nossa interlocutora chave, Jô Feitosa, se justifica teoricamente pelo modo como se pode entender o conceito de agência em autores como Charles Taylor e Sherry Ortner. A agência da subjetividade envolve capacidades de desejar, perceber, imaginar, sentir medo e desenvolver sensibilidades morais desafiadas pelas incertezas das relações sociais, em especial, pelas relações de poder.

Para além da identidade profissional

Para além da identidade profissional, nossa interlocutora é, como qualquer agente social individual, um lugar de pertencimentos, uma pessoa concreta e a multiplicidade dos pertencimentos do ator social é o que torna possível apreender seu contexto de ação na perspectiva de sua subjetividade. Por conseguinte, fizemos a reconstituição da narrativa de vida de Jô Feitosa a partir dos relatos e das interpretações que tais relatos promovem sobre ela própria, explorando as autoexpressividades simbólicas de uma personagem em busca de si, de apresentação de sua coerente própria, portanto, na parcialidade de suas versões narrativas de si, com suas atribuições de significado a posteriori e demandas de sentido em abertura para o futuro.

Josefa Feitosa nasceu em Juazeiro do Norte, na região sul do Ceará, em 1960. Filha mais nova de um casal que já tinha cinco filhos, ela foi a “raspa do tacho”, ou seja, a filha caçula de uma rede familiar das camadas populares, uma família “humilde” da classe trabalhadora. Filha de Augusto, um curtumeiro, trabalhador das fabriquetas de couro do Cariri, de ascendência indígena, e de Maria de Jesus, uma professora do grupo escolar, uma mulher negra de ascendência açoriana, Josefa foi submetida a uma educação familiar rigorosa, baseada na moralidade religiosa do catolicismo dos pais, devotos de Padre Cícero, que mantinham um intenso ascetismo cotidiano. A condição financeira da família pouco a favorecia e ela acabou por passar pelas privações características das crianças cujas famílias se encontram em situação de pobreza, nem “merenda” para levar à escola, nem roupas e sapatos. Usava roupas e sapatos masculinos herdados dos irmãos, apenas o vestido de domingo, de ir à missa, é um diferencial nos relatos da memória familiar de sua infância. Na narrativa autoexpressiva de Josefa, destaca-se o sentimento de ter sido oprimida pelos irmãos mais velhos, que costumavam fazê-la de empregada doméstica e muitas vezes de babá de seus filhos. Eles exerciam “autoridade” sobre ela, uma situação, segundo ela se queixa com algum rancor, aceita e estimulada pela mãe, Dona 'de Jesus'. A mãe ocupava o papel de “carrasca”, era quem autorizava os irmãos a castigar Josefa. O pai, senhor Augusto representa a memória do afeto, disposto a cuidar, a proteger, a desautorizar os castigos, era um pai maternal, bondoso.

Quando os irmãos começaram a trabalhar no comércio e a família pode desfrutar de uma melhor condição financeira, Josefa saiu de casa aos 17 anos, rumo à Fortaleza, para estudar. Morava no Pensionato da Irmã Trindade, próximo ao Colégio Marista Cearense, onde estudava. A partir da vida na cidade, participou das atividades políticas do movimento estudantil, fez parte do Centro Acadêmico de Serviço Social, da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em cuja instituição se formou. Frequentava as reuniões do grupo da Juventude Socialista, era militante do Partido dos Trabalhadores, participou do Movimento dos Bairros e Favelas da Cidade de Fortaleza, cujos líderes mais destacados, com quem Josefa se afinava, eram Maria Luíza (tornou-se a primeira mulher prefeita do país), Rosa da Fonseca e Inácio Arruda (tornou-se senador da República). Seu período de mais intensa militância foi de 1979 a 1982.

Foi a única mulher negra durante toda sua vida acadêmica, desde o Colégio Marista (uma escola das elites, onde Josefa relata ter sofrido muito preconceito racial, era ignorada pelos outros alunos, devido ao racismo prevalecente, momento que ela relata ter sido muito solitário) e também na Universidade Estadual do Ceará - UECE, onde também sofria preconceito racial, mas adotando uma postura diferente, aderiu uma atitude de luta política contra o silenciamento e a segregação que a maior parte de colegas de curso promoviam, não deixava de se posicionar e de se fazer ouvir. E esta característica tornou-se um traço acentuado de sua personalidade, pelo que pode constatar qualquer pessoa que interaja com ela.

Após a conclusão da faculdade em 1983, Josefa iniciou o trabalho no NUTEC¹, o que lhe deu a oportunidade de melhorar sua condição financeira e lhe conferiu relativa estabilidade profissional, fincando suas raízes definitivamente em Fortaleza. Em 1985, conheceu Irapuan, na época com 35 anos, técnico têxtil, casando-se com ele em abril do ano seguinte em Juazeiro do Norte, ocasião em que apresentou aos pais o homem que foi seu companheiro por 19 anos. Teve três filhos com Irapuan, Maria Izabel (coautora deste artigo), em 1988, José, em 1989, e Lilith, em 1994. Escolheram a Praia de Iracema, região boêmia da cidade de Fortaleza, para criar os filhos. Após a separação do casal, Josefa passou a educar os filhos com orientações voltadas para a dimensão educacional de sua prole, de modo que os traços da intelectualidade passaram a ser agenciados como expectativas de superação e mobilidade social ascensional da sua rede familiar, tendo o trabalho de Josefa como base desse processo e o exemplo da mãe como imago de autossuperação.

Josefa, conhecida publicamente com Jô Feitosa, é uma mulher que se orgulha de ser corajosa e da sua condição de mulher negra. Estudiosa, fez duas pós-graduações lato senso, tornou-se especialista em psicodrama, arte-educação e no sistema penitenciário. A inteligência e a loquacidade caminham juntas. Fala com desenvoltura e constrói argumentações que expressam uma reflexividade contínua sobre suas práticas. Ela gosta

1 O NUTEC é vinculado a Secretaria da Ciência e Tecnologia - SECITECE, a quem compete planejar, coordenar, fiscalizar e supervisionar as atividades pertinentes ao ensino superior, à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico no âmbito do Estado, bem como formular, em acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CEDCT.

de arte e sonha em fazer muitas viagens mundo afora, afinal, faltam menos de dois anos para ela se aposentar.

Segundo ela nos relatou, ela passou “muito tempo na loucura”, ou seja, trabalhando em presídios como assistente social. E, ao longo de quase três décadas, “trabalhar em cadeia” para ela foi ao mesmo tempo emocionalmente desgastante, contudo muito empolgante do ponto de vista da realização do sentido de sua missão profissional e militante como educadora nas prisões e assistente social. De qualquer modo, ao se referir ao pouco tempo que falta para sua aposentadoria, ela nos diz com um ar meio brincalhão e meio de alívio que vai “terminar minha pena daqui a dois anos”. O trabalho em cadeia, durante tantos anos, fez de Jô Feitosa uma pessoa ao mesmo tempo sensível e dura. Uma alternância para lidar com as durezas do sistema prisional sem perder a capacidade de imaginação, sonho e de pensamento crítico.

No encontro que resultou numa longa entrevista gravada com ela, na forma de roda de conversa, ela chegou sorridente, esbanjando simpatia e expressando uma de suas características pessoais mais destacadas: a curiosidade. Disse-nos que se sentia à vontade em sala de aula. No dia 26 de maio de 2015, a assistente social Josefa Feitosa, respondendo positivamente ao nosso convite, participou de uma roda de conversa, onde explanou horas a fio sobre suas experiências profissionais nas prisões cearenses. Ao falar de si e ao relatar suas relações com o universo prisional, para um público atento e participativo composto de estudantes de graduação e pós-graduação, dois representantes da Secretaria de Justiça do Estado do Ceará, bolsistas do Laboratório de Estudos da Violência, numa sala do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, ela deslindou com detalhes eventos, situações e dificuldades de um universo social fechado, complexo, tenso, violento e dramático, características da experiência carcerária, mas também surpreendente pelas formas de resistência subjetiva das pessoas na prisão para não serem aniquiladas como pessoas num mundo de medo, dissimulação e crise permanente de confiança no outro.

Bom Pastor: uma primeira experiência com mulheres em cárcere

Jô Feitosa concluiu a graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará em 1983 e no mesmo ano iniciou sua carreira profissional na Fundação Núcleo

de Tecnologia Industrial – NUTEC, órgão de tecnologia do estado do Ceará responsável por transferir tecnologia a pequenas e médias empresas. Foi a partir de visitas em que acompanhava um projeto de implantação de uma fábrica de produtos de limpeza nas dependências do presídio feminino onde teve seu primeiro contato com o universo prisional.

Após seis anos trabalhando no NUTEC, Josefa percebeu que estava insatisfeita com sua rotina, pois não lhe interessava a trajetória de “assistente social de birô” e sentia falta de lidar diretamente com as pessoas que deveria assistir. Portanto, quando teve a oportunidade da aproximação com o presídio feminino se viu impelida, apesar de não ter nenhuma experiência com aquele universo, a atuar naquele local. E então, em 1989, pediu transferência para essa unidade, na qual iniciou seu trabalho com pessoas em situação de privação de liberdade.

No presídio feminino, sua primeira impressão foi de incredulidade, pois, motivada por empatia, custava a aceitar que as mulheres que estavam ali haviam realmente cometido crimes. Essa primeira impressão acerca do ambiente organizado em que se realizava o projeto da fábrica, foi rapidamente quebrada quando a interlocutora teve contato com outras áreas do presídio e com seu cotidiano. Numa roda de conversa realizada no LEV-UFC², Josefa Feitosa, afirma:

Quando eu entrei realmente no presídio, na cozinha, nas celas, eu “fiquei **louca**”. Era muita grade batendo e aquilo me assustava. Era gente saindo **algemada** pra ir pra fórum, pra ir pra médico, pra ir pra dentista, tudo algemada e eu ficava assim com **medo**. ‘Meu Deus será que realmente essas pessoas são tão perigosas que tem que ir que ficar nessa situação?’

Quando iniciou seu trabalho no sistema penal cearense havia o Instituto Penal Professor Olavo Oliveira, que abrigava provisoriamente os detentos e o Instituto Penal Paulo Sarasate onde ficavam os detentos já julgados para cumprir a pena, porém, não havia presídio feminino no estado do Ceará. As mulheres que incorriam em delitos eram recolhidas a um anexo do Instituto Bom Pastor, local alugado pelo governo do Estado,

2 No dia 26 de maio de 2015, Josefa Feitosa, participou da roda de conversas do LEV, Laboratório de estudos da violência, da Universidade Federal do Ceará. Na ocasião, sua participação foi gravada e, em seguida, transcrita. Não nos abstermos de citar no presente artigo os trechos considerados importantes, inclusive mantendo o tom por vezes coloquial de sua exposição.

fundado em 1925 e mantido pelas religiosas da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor que, em sua função original, oferecia abrigo a mães solteiras. Josefa relata que na sua chegada havia por volta de quarenta mulheres presas, em sua maioria por crimes de furto e tráfico. Nesse primeiro momento houve dificuldade no trabalho com as internas, algo que permeou todo o período em que esteve atuando no Instituto Bom Pastor.

Eu comecei a transitar nesse universo e fui me adaptando, mas eu tinha muita dificuldade de trabalhar com mulheres, às vezes eu perdia a paciência com elas, achava que elas **reclamavam demais e negociavam demais** e as vezes eu saía as turras com elas.

Da empatia inicial, Josefa passa a se sentir desconfortável por não saber lidar com o universo prisional feminino. Nesse contexto, a interlocutora julgava que as atitudes das reclusas eram atravessadas de dissimulação, de modo que a mesma sentia a necessidade de ser ‘dissimulada e meia’ para não ser enganada pelas detentas. Declara sentir desconforto em ouvir recorrentemente relatos de mulheres que haviam assumido o crime de tráfico e furto no lugar dos companheiros, além das histórias de assassinatos premeditados, principalmente, contra crianças e homens em situações de desvantagem, geralmente, embriagados ou dormindo, ademais o abandono vivido pelas mulheres dentro da prisão, onde são pouco visitadas. De acordo com o Censo Penitenciário do Ceará 2013/2014, apenas “87,3% não são visitadas pelo (a) companheiro (a) ou pela mãe (69,0%), o mesmo ocorrendo com os outros parentes. As que recebem visitas apontam a mãe (27,6%) como a pessoa mais presente neste item” (LIMA et al. 2014, p. 98).

Em decorrência da escuta de tantos relatos de abandono e das “dissimulações”, a interlocutora decidiu sair do presídio feminino e pediu para ser transferida para o IPPOO por julgar ser ‘mais fácil’ lidar com homens. Para Josefa, o trabalho com mulheres era extremamente complicado e essa questão era motivo de inquietação para a mesma.

Porém, mesmo com a dificuldade sempre presente nos relatos, Josefa teve a oportunidade de construir um laço de confiança com uma das internas que habitava o Instituto Bom Pastor. M. tinha 36 anos na época, era mãe de 6 filhos, assassinou o

marido 22 dias após o nascimento de sua sétima filha, estava em estado puerperal³ e cansada dos abusos e agressões recorrentes cometidos pelo companheiro. M. chegou ao Instituto Bom Pastor em estado de desnutrição e com a filha recém-nascida no colo na mesma semana em que Josefa iniciou seu trabalho no sistema prisional. Tinham em comum a inexperiência com aquela situação de cárcere o que fortaleceu o sentimento de empatia de Josefa e o desejo de proporcionar assistência a interna.

M era só couro e osso e eu fiquei assim 'Meu Deus... Eu tenho de fazer alguma coisa por essa M!' Com o tempo eu fui **assistindo** a M, botei ela pra varrer minha sala e depois ela pedia pra dar a filha, que ela não queria, não tinha como ficar com a filha... E eu sei que a M começou a fazer parte do meu universo.

Em 1990, Josefa tinha dois filhos e enfrentava dificuldades para poder trabalhar visto que não tinha com quem deixar as crianças. Surge então a ideia de trazer a interna para dentro de sua casa no intuito de empregá-la como babá de seus filhos. Analisando a situação jurídica de M., Josefa observou que ela tinha o direito a aguardar o julgamento em liberdade devido ao excesso de prazo, pois o Estado, mesmo após um ano de detenção, não tinha prestado nenhuma assistência através da defensoria pública e por questões financeiras a mesma não havia constituído advogado além de não ter família que lhe desse apoio.

De posse dessas informações, Josefa se dirigiu ao juiz da vara de execuções penais e relatou a situação da interna, fazendo ao mesmo tempo, o pedido de soltura para que ela fosse empregada como babá em sua residência. Após a reação de incredulidade do juiz e uma longa explicação por parte da assistente social, foi solicitado pelo mesmo um relatório sobre a conduta da interna anterior e durante o seu aprisionamento e todas as informações colhidas por ocasião da construção desse documento se referiam a maus tratos constantes por parte do companheiro que revelavam a rotina de maus tratos e abusos que M. e seus filhos sofriam.

3 Fato biológico que a parturição desencadeia numa súbita queda nos níveis hormonais e alterações bioquímicas no sistema nervoso central.

Onde a gente passava, que perguntava... 'Ah meu Deus... Aquela criatura... Como é que pode acontecer um negócio desse? Mas ela sofria muito, passava aqui as vezes, chovendo e ele correndo atrás dela com uma faca e ela com uma **reca de menino** pra não matar... ' Aí muitas e muitas histórias e aí acabou que só confirmava que, aquilo que eu **realmente** pensava de M.

Obtendo parecer favorável, M. recebeu cuidados médicos e odontológicos e, após um mês fazendo tratamentos de saúde, iniciou o trabalho na casa de Josefa se dedicando aos cuidados com as crianças e onde teve a oportunidade de aprender a ler, escrever e costurar. Durante o período em que esteve na casa de Josefa, M. construiu fortes laços de confiança, foi absolvida pelo assassinato do companheiro devido se encontrar em estado puerperal no momento do crime e depois de nove anos trabalhando como babá na casa de Josefa, M. pediu demissão, mas, até hoje mantém contato. “M. criou meus filhos, chamava de mãe até, uma pessoa **fantástica**, assim. Que eu considero muito! Ela saiu da minha casa pra casar, minha gente... < ri > Depois, nove anos depois, né, dessa história”

Instituto Penal Professor Olavo Oliveira: uma primeira experiência com homens em cárcere

No ano de 1992, Josefa iniciou seu trabalho no Instituto Penal Professor Olavo Oliveira - IPPOO⁴ atuando com foco na educação dos detentos. Nessa experiência, sua primeira dificuldade foi negociar com os internos o uso das salas de aula visto que na época o presídio já era uma superpopulação e as salas eram usadas como celas. Essa tarefa era de responsabilidade da assistente social, de forma que houve, logo no primeiro momento, que estabelecer uma relação de confiança com os internos.

4 “Desativado em 2012 pelo Governador Cid Ferreira Gomes e na gestão da secretária da Justiça e Cidadania, Mariana Lobo. Era uma unidade que abrigava presos do regime semiaberto. Localizado no município de Fortaleza, o Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira I foi inaugurado a 25 de maio de 1978, na gestão do então Governador do Estado Cel. Adauto Bezerra de Menezes, sendo Secretário do Interior e Justiça o Dr. Hugo de Gouveia Soares Pereira. Naquela época, era abrigo para presos indiciados (provisórios) que aguardavam julgamento”. (SEJUS. 2014)

Quando conseguiu desocupar as salas de aula que, inicialmente, eram usadas como celas, Josefa iniciou um trabalho de triagem através de conversas com os internos dentro da sala de aula.

E acabou que eu consegui uma sala e eu entrava na sala de aula, porque não tinha professor. A secretaria de educação mandava professor para o feminino, porque lá no feminino era mais tranquilo, mas lá era mais complicado. Aí eu comecei a entrar nas salas de aula e eu não dava aula, eu conversava. Perguntava sobre eles, o que fazia, quanto tempo estudou. E nisso eu fui fazendo uma triagem dos próprios presos.

Com as turmas formadas, requereu a Secretária de Educação professores para atuar dentro do IPPOO chegando até a formar uma turma de curso pré-vestibular onde 15 alunos obtiveram êxito em diversas universidades. Após essa experiência, o governo do Estado do Ceará passou a adotar com mais ênfase uma política de inclusão dos detentos no sistema educacional.

Um fato marcante relatado pela interlocutora foi a rebelião de 1994 no Instituto Penal Paulo Sarasate. No dia 15 de março do referido ano, Dom Aloísio Lorscheider, então arcebispo da Arquidiocese de Fortaleza, uma comissão dos Direitos Humanos e representantes da imprensa, realizaram uma visita ao IPPS para apurar denúncias de superlotação e maus tratos contra os detentos. Após a peregrinação pelas celas, estava prevista uma missa e a cerimônia de lava-pés, por esse motivo, Josefa havia escolhido alguns internos do IPPOO para participar e os acompanhou até o IPPS. Porém a missa não chegou a se concretizar. Dom Aluísio foi rendido e iniciou-se uma rebelião que fez 13 reféns e só teve seu fim vinte horas depois na cidade de Ibaretama no interior do Ceará. De acordo com reportagem do jornal local *O Povo*: “Os acontecimentos daquele 15 de março de 1994 viraram notícia. Ganharam repercussão internacional. Há exatos 20 anos, o então arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider era sequestrado por 14 detentos no maior presídio do Ceará”. (COSTA. 2014)

No ano de 1994, na ocasião dessa rebelião, Josefa estava grávida de sua terceira filha e relata que a situação a incomodou muito, porém, não cita durante a entrevista, ter tido medo. Relata ter gozado licença e após isso, ter sido transferida para o Instituto

Psiquiátrico Governador Stênio Gomes⁵, pois havia a expectativa de que aquela unidade prisional seria mais segura, pois essa instituição tinha a característica de abrigar pessoas que não eram doentes e que possuíam bom poder aquisitivo. Josefa classifica a breve passagem de apenas uma semana como sua pior experiência em 26 anos de atuação no sistema penal cearense.

Em seu primeiro dia de trabalho no Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes, recebeu em sua sala um interno que se apresentou afirmando que era de uma família importante do Estado, que não era doente e que em aproximadamente um mês sua pena acabaria. Com a confiança conquistada pela eloquência, o detento se ofereceu para resolver um problema que incomodava a todos, o mau cheiro. Pediu sabão e mangueira, itens que a interlocutora autorizou fornecer, e então o interno se dirigiu ao pátio do Manicômio.

E ele foi banhar os internos lá e daí a pouco eu só vi uns gritos dele. **Lava a bunda!** Você aí! Aquela confusão danada... Aí depois ele chegou.. 'Venha cá, doutora... Tudo em paz, venha ver aqui...' Me levou lá no pátio, estavam todos os internos, de mão pra trás. Ele tinha banhado **tudo**, tinha lavado **tudo**, e não tinha o que eles vestirem. Então eu fiquei **louca**, olhando aquilo ali. 'Cadê a roupa deles?' 'Não tem não...' 'Como não tem?!', 'Não, vai esperar num sei quem chegar pra ver se tem lá no almoxarifado.' Aí eu disse, 'Mas isso... Isso é **possível?**' Aí ele disse 'Não, já é costume!' Aí um policial chegou pra mim e disse 'Olhe, doutora, a gente tá tentando lhe ajudar, a gente já fez milhões de sinais e a senhora não percebeu nada! Essa pessoa é **perigosa**, já fez...' Aí... pronto! Foi o bastante pra mim, em uma semana já acabar não indo mais.

Josefa descreve sua visão geral dos internos do Instituto Psiquiátrico como pessoas apáticas que, em sua maioria, ficavam prostradas durante todo o dia, estavam acima do peso, muitas vezes sem roupa e não recebiam ninguém em dia de visita, estavam desamparados. A interlocutora relata ter ficado deprimida em ver os internos em tamanha situação de abandono. Estar preso naquele local significava esquecimento e a perda dos referenciais sobre o que é ser humano.

5 “Localizado ao lado do Hospital Geral e Sanatório Penal Professor Otávio Lobo, o Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes foi inaugurado a 12 de setembro de 1968, na gestão do então Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, e do Governador do Estado Dr. Plácido Aderaldo Castelo, sendo Secretário do Interior e Justiça o Dr. José Napoleão de Araújo. Endereço: Br 116, Km 17 – Itaitinga.” (SEJUS. 2014)

Comparando a experiência anterior de Josefa no IPPS⁶ durante a rebelião que narra como “uma situação que me incomodou muito” e sua brevíssima atuação no Instituto Psiquiátrico que descreve como “experiência terrível para mim, acho que foi a pior experiência no sistema penal”, podemos inferir o que assusta a interlocutora: não saber o que esperar do interno. Com os detentos dos institutos penais, uma rebelião era possível a qualquer instante naquele ambiente de tensões e atritos constantes, porém, no Instituto Psiquiátrico, com detentos ‘saudáveis’ e com status social entre detentos doentes e abandonados não era possível uma triagem ou identificação muito precisa, muito menos estabelecer relações de confiança. Devido a esse quadro, Josefa passou apenas uma semana no Manicômio Judiciário e regressou ao IPPOO superando o trauma da rebelião de 1994.

De volta ao Presídio Feminino

No ano de 1998, a interlocutora decide retornar ao presídio feminino. Havia para Josefa uma questão mal resolvida a trabalhar: “Porque eu não me dei bem com as mulheres?” Com o intuito de esclarecer o motivo pelo qual sua experiência no presídio feminino não lhe parecia tão boa quanto no presídio masculino, Josefa retorna a esse campo com a missão de escrever seu trabalho de conclusão do curso de especialização em Gestão de Segurança Penitenciária que realizava na época. Afirma Josefa: “Quando eu voltei, assim eu fui realmente com vontade de acertar. Querer mesmo entrar nesse universo feminino, aí pronto, já era mãe, já tinha dois filhos alias **três filhos**. Já tinha me feminilizado mais ainda.”

Porém, apesar do empenho, esse retorno não se deu de modo simples. Na época em questão o governo do estado do Ceará estava construindo o Presídio Feminino Auri

6 “Unidade desativada em agosto de 2013 pelo Governador Cid Ferreira Gomes e na gestão da secretária da Justiça e Cidadania, Mariana Lobo. Penitenciária desativada, localizada no município de Aquiraz, na Br 116, Km 27, o Instituto Penal Paulo Sarasate foi inaugurado a 18 de agosto de 1970, na gestão do então Presidente da República, o General Garrastazul Médici, do Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid e do Governador do Estado, o Dr. Plácido Aderaldo Castelo, sendo Secretário do Interior e Justiça o Dr. José Napoleão de Araújo. IPPS foi construído com capacidade para 400 presos para substituir a Casa de Detenção de Fortaleza. Seu primeiro preso foi Júlio Vicente de Oliveira, vulgo Paraíba. Nas décadas de 80 e 90, o IPPS teve sua capacidade triplicada”. (SEJUS. 2014)

Moura Costa em Itaitinga, região metropolitana de Fortaleza⁷ e desativaria o Anexo ao Instituto Bom Pastor o que era alvo de grande insatisfação por parte da população carcerária, pois a mudança para outra cidade inviabilizaria as já escassas visitas e dificultaria o acesso à família.

Além do abandono, Josefa cita outra questão que torna o cárcere feminino diferenciado, o fato de não serem mentoras intelectuais dos crimes e, muitas vezes, estarem envolvidas no delito para ajudar seus companheiros não amenizava suas sentenças. É esperado delas um comportamento dito feminino, terno, manso, doce, maternal e não comportamentos violentos característicos do universo masculino, as sentenças refletiam isso. Para a interlocutora, isso ficava claro no momento do julgamento.

Eu acho até que a justiça ela é muito carrasca com as mulheres. E eu ouvi muito juiz chegar e dizer assim 'Bota aí, vamos colocar essa mulher no canto que ela merece. Porque que ela não ficou em casa cuidando dos filhos dela? Que que tinha ela que ficar com o tráfico?' Então a mão do juiz eu achava assim muito **pesada**. Algumas mulheres pegavam assim penas que eu achava **absurdas**, pelo fato assim desse preconceito, de achar que a mulher tinha que tá em casa, uma Nossa Senhora, tranquila, olhando menino.

Observando esses conflitos de estigma e solidão dentro do contexto de transferência do presídio feminino do centro de Fortaleza para Itaitinga, na região metropolitana, Josefa inicia um trabalho com as presas utilizando *fanzine*⁸. Seu primeiro contato com esse tipo de mídia alternativa e independente aconteceu através de uma de suas filhas que vivia os conflitos próprios da adolescência. “Bem na época da rebeldia, e ela passava horas e horas lá colando papelzinho, escrevendo, não sei o que aí eu pensei 'Poxa, eu podia inventar um negócio desse lá com as mulheres...’”

7 “Penitenciária para mulheres, o Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa foi inaugurado a 22 de agosto de 1974, na gestão do então Governador do Estado Dr. César Cals de Oliveira Filho, sendo Secretário do Interior e Justiça o Dr. Edval de Melo Távora. No dia 31 de outubro de 2000, na gestão do então Governador Tasso Ribeiro Jereissati, sendo Secretária da Justiça a Dra. Sandra Dond Ferreira, foi inaugurado o novo e atual Instituto Penal Feminino com capacidade para 380 internas. Endereço: Br 116, Km 27 - Aquiraz-CE”. (SEJUS. 2014)

8 O termo *fanzine* é um neologismo formado pela junção das palavras *fanatic* e *magazine*, do inglês, que significa revista do fã. É uma publicação independente e amadora, geralmente de pequena tiragem, impressa em fotocopadora ou impressora. Sua edição pode ser realizada por indivíduos, grupos, associações ou fã-clubes de determinada arte, personagem, personalidade, *hobby* ou gênero de expressão artística, para um público dirigido, podendo abordar um único tema ou vários.

A interlocutora inseriu esse material nas reuniões que aconteciam na sala de aula com as internas e observou uma boa aceitação. Propôs então que as detentas fabricassem seu próprio fanzine como instrumento de significação visto que o contexto corrente era de transição de unidade prisional e havia muita inquietação, frustração, medo do abandono, portanto, muito a ser dito. Surge então o **Hóspedes de Auri**, fanzine totalmente escrito, ilustrado e elaborado pelas internas do Instituto Penal Auri Moura Costa, abordando os assuntos que as próprias detentas julgavam ter relevância. A circulação dos fanzines se dava através das próprias internas que ficavam com parte da produção para enviar para a família, reproduzir ou vender como bem escolhesse. Esse trabalho foi decisivo no aumento da autoestima das internas que participavam do projeto e também na motivação para a educação, o que impactou diretamente na frequência da escola em funcionamento no presídio.

Além os fanzines, Josefa desenvolveu um trabalho sobre as manifestações da sexualidade feminina na prisão. A motivação para a escolha desse objeto de pesquisa foi a irritação com o discurso que costumava ouvir dos policiais que realizavam a segurança do presídio sobre a sexualidade das internas.

Chegava a mulher e eu ficava muito irritada com a forma que os policiais recebiam. Nessa época o presídio era, a segurança era feita por policiais. Então, quando elas chegavam.. 'Ô aí! Ô doutora, mais uma pra aprender a *fazer sabão!*'⁹ Isso me irritava muito, eu achava aquilo assim muito desrespeitoso, as vezes senhoras e aí eles diziam 'A senhora vai ver! Daqui a tanto tempo e tal...' E aquilo acabava acontecendo.

A interlocutora identificou, por intermédio de rodas de conversa e dos fanzines, que as relações homoafetivas entre as mulheres encarceradas acabavam acontecendo também como resultado do abandono dos companheiros na frequência das visitas íntimas, portanto, tendo um caráter circunstancial.

Com esse objetivo concluído em 2004, Josefa foi convocada para atuar no Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará, onde pode 'dar um tempo na loucura' e dedicar-se a

9 O termo se refere a prática homossexual feminina.

relação fragilizada que mantinha com a família, adoecida depois de quinze anos trabalhando no sistema penal cearense.

Meus meninos reclamavam **muito** de mim, porque quando a gente trabalha em cadeia, e como eu falei aquela coisa da dissimulação da mulher pra você trabalhar com elas você tem que ser dissimulada e meia, meus meninos lá em casa a gente tinha brigas **homéricas**, porque eles contavam uma história e eu ficava **horas** martelando essa história ia e voltava tentando pegar alguma **contradição**.

Com o enfraquecimento dos laços familiares e o embrutecimento das relações, Josefa resolver aceitar o convite para atuar junto ao Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará, justamente com o intuito de descansar e poder tratar de si e dos filhos. Os anos em que trabalhou com o cárcere e encarcerados a deixaram emocionalmente fria, dura consigo e com os familiares mais próximos, situação que culminou com o término de seu casamento e uma relação desgastada com seus filhos na época com 10, 15 e 16 anos, situação essa que denuncia os impactos negativos do adoecimento emocional não apenas para a profissional, mas afetando, principalmente, o círculo familiar:

Foi aí que o pai deles falou 'Você tá tratando esses meninos como se eles fossem teus clientes lá! Tem calma, não é assim.' Aí eu comecei a fazer terapia, foi quando meu terapeuta disse 'Olha, afasta mais um pouquinho. Afasta um pouquinho que é pra você descarregar dessa sua cabeça, que a sua cabeça é uma **caçamba de lixo existencial e biográfico**.'

Apesar de precisar de um descanso e de ter sido atraída pela boa reputação do Corpo de Bombeiros e da organização dos militares, em seis meses Josefa estava novamente atuando em um presídio, dessa vez em um presídio militar. A interlocutora destaca uma peculiaridade dessa prisão: o fato dos militares que estavam cumprindo pena naquela unidade não se considerarem criminosos. Esse tempo de descanso durou sete anos, de 2004 a 2011.

No início de 2011, Josefa foi convidada a retornar ao Instituto Penal Paulo Sarasate, pois na ocasião o IPPS estava encerrando suas atividades e precisavam de funcionários para realizar o fechamento da prisão visto que a maioria do staff era de profissionais terceirizados. A situação, que a priori era temporária, se tornou efetiva:

com o fim do IPPS, Josefa assumiu o cargo de assistente social na Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor José Jucá Neto (CPPL III).

CPPL III – Encontro com a criminalidade da atualidade

A primeira impressão que Josefa teve ao retornar a um presídio masculino depois de 13 anos afastada (atuando no presídio feminino e depois em presídios militares) foi de espanto. Ao se deparar com tamanho aumento da população carcerária, aumento que não se expressa apenas no sistema penal cearense, mas em todo o Brasil, como demonstra os dados colhidos no Departamento Penitenciário Nacional¹⁰. Esse crescimento exacerbado tornou impossível que ela continuasse a trabalhar da forma que costumava durante a época do IPPS.

Na CPPL 3, minha gente, eu que passei esse período fora, eu era acostumada a entrar nas cadeias que eu trabalhava, eu entrava **mesmo** nas cadeias. Eu chegava a entrar nas celas dos presos, cansei de tomar cafezinho lá do Mainha < se refere a um pistoleiro conhecido no estado > e outros presos mais e assim quando eu voltei agora e lá no presídio militar eu também tinha muito contato com os presos, porque eles são uma outra categoria. E quando eu voltei pra trabalhar no sistema, nessa cadeia nova **eu me assustei**. Porque é tanta gente, tanta gente e a gente não sabe nem onde bote.

Na citação supramencionada podemos observar que Josefa teve de reaprender o funcionamento da prisão, sua organização e como lidar com perfis diferentes de detentos, cada um com suas demandas específicas e com suas particularidades. A interlocutora demonstra ter conhecimento de como se dão as relações e como a vida encarcerada é sistematizada de forma que consegue descrever detalhadamente como funciona a CPPL III, unidade em que trabalha a quatro anos.

A Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor José Jucá Neto (CPPL III) funciona na cidade de Itaitinga, distante 25 km da capital Fortaleza, abriga presos

10 Segundo o DEPEN, nos anos 90 a população carcerária era de 90.000 internos, em 2011 a população alcançou a marca de 496.251 custodiados pelo Estado, representando um aumento de 508%.

que aguardam julgamento e tem capacidade para 952 detentos, porém, acomoda quase o dobro de sua capacidade máxima¹¹, situação comum a maioria dos presídios brasileiros.

Josefa nos relata a estrutura da Casa de Privação: dois pavilhões para banho de sol, duas quadras, seis alas, setor educacional com cinco salas de aula, setor médico com consultório médico, psicológico e odontológico, farmácia e enfermaria, além da área administrativa. A interlocutora destaca que, em sua experiência com presídio masculino anterior, havia refeitório e lavanderia, além do serviço de limpeza e manutenção, porém, atualmente, esses serviços são fornecidos por empresas terceirizadas, onde, em outros tempos, era um trabalho efetuado pelos próprios detentos. Com relação a organização dos internos, Josefa faz um relato sobre os “moradores dessas alas”, uma média de 300 homens por pavilhão, com um ‘prefeito’ representando cada uma delas.

A interlocutora se refere à ala A como a mais fácil de trabalhar, pois abriga as pessoas que já foram julgadas e que tem interesse em manter o ambiente habitável. Descreve os detentos como “super educados”, “pessoas tranquilas” e “ala organizada”, “não precisam da gente”. Nessa ala, Josefa relata sentir que há um acordo tácito entre os detentos e a direção do presídio: a ala mantém a ordem e a direção não realiza tão frequentemente as vistorias.

Com relação à ala B, a interlocutora descreve de modo sucinto que são detentos reincidentes, com crimes de latrocínio, homicídio e tráfico. Ao descrever a ala C, Josefa dedica mais tempo, dando um enfoque as particularidades da ala. A priori, a interlocutora comenta sua preparação para atender aos detentos da referida ala – a “Babilônia” – o que demonstra a insalubridade do local em que estão esses internos. “Pra eu chegar na C eu tenho que colocar **duas** máscaras porque só uma não dá, senão as moscas entram na minha boca. E luva. O **cheiro**, quando eu entro lá nessa C... É um medo **absurdo**.”

Segundo Josefa, há muita dificuldade para lidar com os detentos dessa ala, pois, são homens jovens, de 18 a 30 anos, recém-chegados ao ‘mundo do crime’, que nunca haviam estado reclusos ou eram menores quando cumpriram pena e estavam acostumados a serem libertados em pouco tempo, tendo cometido, em sua maioria, o crime de furto. São pessoas que vem, em grande parte, de favelas de Fortaleza e Região

11 De acordo com dados do Censo Penitenciário do Ceará 2013/2014, 70,5% dos internos do sexo masculino ocupam celas acima da sua capacidade máxima. (LIMA et al. 2014, p. 102)

Metropolitana, são pouco escolarizados e em sua maioria usuários de drogas ilícitas, de modo que a exclusão social já é uma realidade para eles.

Eles foram socializados pela **exclusão**, eles não foram pra escola, eles não tiveram **família**, não tiveram **saúde**, assistência de saúde, religiosa... os pais estavam sempre presos, eles foram, praticamente, motivados a ir pro crime. Porque um pai preso, uma mãe presa, como é que esse menino ia **comer** se não fosse roubando? **É muito difícil...**

Alguns deles são filhos de ex-presidiárias que Josefa assistiu no Presídio Feminino anexo ao Instituto Bom Pastor, o que reforça a ideia de que essa exclusão é reproduzida por gerações. Foram um dia crianças que costumavam ver as mães dentro do presídio nos dias de visita e que se familiarizaram de tal forma com aquele espaço que o tem como referência, construindo uma relação de pertencimento.

Teve um que até ele disse assim 'A senhora lembra que eu gostava de ir pro presídio?' 'Aí eu disse 'Tu gostava?' e ele 'Gostava demais quando minha mãe tava presa, porque quando ela tava presa ela me dava presente, ela cuidava de mim.' 'Então assim uma criança dessa, que se cria numa situação dessa, onde é que vai parar? Só tem esse lugar mesmo, né?'

Josefa descreve o ambiente da ala C como um 'destrução', pois eles não limpam as dependências e não deixam outros limparem e quebram tudo aquilo que podem. Devido a todas essas dificuldades, a interlocutora reconhece ser esse o seu grande desafio enquanto profissional do sistema penal. Josefa busca meios de acesso a esses detentos de alguma forma que, infelizmente, ainda não descobriu. Existem grandes dificuldades no trabalho com a ala "Babilônia". Nesse setor Josefa não é bem-vinda, sendo recebida a insultos e os agentes penitenciários muitas vezes se incomodam de ter de ir acompanhá-la no atendimento aquela ala. Por isso, a assistente social considera a ala C a mais excludente da CPPL III, visto que nas outras alas há ações da Secretaria de Direitos Humanos, de Igrejas evangélicas e da Pastoral Carcerária. No entanto, os internos acomodados na ala C, apesar de ser os que mais necessitam, são os que menos tem assistência. Existe o desejo por parte da interlocutora de mudar essa realidade, porém, a vontade esbarra, na maioria das vezes, no medo.

Os professores têm **medo**, os agentes prisionais também não gostam de trabalhar com eles. Eles são violentos. Eu já consegui duas vezes fazer Cine Diálogo com eles. Uma vez no mês a SEJUS escolhe um filme, eu junto um grupo numa sala e levo pipoca, guaraná, a gente assiste ao filme e depois a gente vai conversar sobre o filme. Eu já consegui uma vez levar uma turma da C.

A interlocutora continua sua descrição, relatando a organização da ala D, que se caracteriza por abrigar detentos bastante reincidentes, experientes na vida do crime, pessoas que já estiveram em outras cadeias, que vieram transferidas do interior e que costumam manter a convivência na ala D “tranquila”.

Há também a ala E, que acomoda os detentos homossexuais e os idosos que cometeram crime sexual. Josefa relata que essa já foi uma ala problemática, porém, após um abaixo-assinado que recebeu das pessoas desse espaço para que houvesse uma intervenção com relação à falta de respeito aos homossexuais, travestis e transexuais, a assistente social reuniu-se com os detentos dessa ala e começou a construir uma relação de confiança com os internos que possibilitou descobrir o cotidiano de abuso da ala E.

Então eu fiquei sabendo, todo homossexual que chegava eles cortavam os cabelos, as vezes cortava até de faca. Aí gente, imagina, a pessoa passa um tempo aí fora cuidando do cabelo, da aparência e quando chegava por lá, cortava, né... isso pra elas era um sofrimento assim, **enorme**. Quando diziam pra elas tirarem a roupa, porque quando o preso chega, as travestis. Quando elas chegam no presídio mandam tirar a roupa que é pra vestir a roupa do presídio. E se elas tivessem de calcinha eles jogavam spray de pimenta.

A partir dessas reuniões, nas quais pode apurar os maus tratos sofridos pela população carcerária, além do trabalho já existente com o Grupo de idosos, Josefa deu início a oficinas de teatro, de dança e de fanzine onde esses internos e internas tiveram o direito de se expressar¹². Na primeira edição do fanzine, intitulada **Só Babado**, é relatado pelos internos as condições de abuso a que eram submetidos, além de ser

12 De acordo com Alvarez et al, “a ausência de canais de representação capazes de canalizar o descontentamento da população carcerária apresenta-se como um elemento central dos distúrbios nas prisões, sendo as rebeliões seu efeito mais expressivo. (ALVAREZ; et al. 2013, p.73)

reivindicado alguns direitos tais como o uso do nome social, a entrada de maquiagem e o uso de roupas íntimas femininas.

Eles falam assim, que também quando eles entravam, a polícia batia quando ia fazer o *baculejo* elas apanhavam mais do que **todo mundo**, porque tava, justamente, usando **calcinha**, porque **tinha calcinha** e não é pra ter calcinha. 'Como é que vocês conseguem essas calcinhas sendo que não pode entrar?' 'Não, é a mulher dos presos, a gente compra delas...'

Com esse material produzido foi possível dar voz a essas pessoas que tiveram suas reivindicações atendidas além de conseguirem o apoio da Coordenadoria de Direitos Humanos para a população LGBT do Estado do Ceará. Essa visibilidade conseguida através da produção do fanzine, das oficinas de teatro e de dança foi fundamental para que a dignidade entrasse pelas grades da ala E.

Diante de tal panorama podemos compreender que as atividades desenvolvidas por Jô Feitosa buscam desenvolver um dinamismo na ala mencionada focado na criatividade ou mesmo no despertar para a criatividade, tão obstruída pela ausência de mecanismos de comunicação da “comunidade”¹³ carcerária.

Avessas à noção da prisão enquanto “instituição de mortificação do 'eu” (ALVAREZ et al. 2013), tais atividades podem ser inseridas no contexto de um debate que, desde a década de 50, principalmente no seio da literatura norte-americana e acirrado em meados da década de 70, procura redefinir o sentido das unidades prisionais na contemporaneidade, bem como, de acordo com Alvarez et al, “os efeitos da longa permanência de presos em regime de confinamento mais severo, as revoltas e rebeliões” etc. (2013)

Josefa descreve, por fim, sua visão da ala F. Nessa “comunidade” carcerária estão abrigados os internos evangélicos que cometeram crimes sexuais e os agressores de mulheres, os 'Maria da Penha'. A assistente social define essa ala como “**uma prisão dentro de outra prisão**, mas **muita gente** quer ficar lá. Tem família que **até 'paga'** pra que a pessoa fique lá, porque lá não rola droga nenhuma, não se usa cigarro, nada.”. O

13 A noção de prisão como “comunidade” foi traduzida pela sociologia em termos de “um conceito que permitia compreender os processos sociais internos (conflitos, relações sociais, isolamento etc)”, de modo que “proporcionaria sustentação como princípio para implementar iniciativas de ajustamento das prisões aos objetivos estabelecidos pela sociedade”. (Cf. ALVAREZ et al. 2013)

motivo pelo qual alguns detentos preferem estar nessa ala é a 'segurança', a tranquilidade, a ordem e a organização, que destoa de toda a CPPL III. Dentro dessa ala imperam regras convencionais que determinam a rotina do pavilhão, além de regras morais que imperam sobre a conduta daqueles que habitam o espaço. Para mencionar algumas dessas regras podemos citar: a proibição do uso de drogas, tomar banho diariamente, ter cabelos curtos, respeitar o próximo, não julgar o crime cometido pelo outro, silêncio a partir de 21 horas, não fumar, respeitar as visitas dos companheiros de ala e a principal delas, participar dos cultos evangélicos.

Além dos motivos religiosos, a proibição do uso de drogas nessa ala também está ligada a “manutenção da ordem no espaço prisional, a qual, por sua vez, depende estritamente da permanência de assimetrias e hierarquias sociais, o crack constitui-se como um elemento nocivo e indesejável neste universo.” (DIAS, 2014)

Na ala F há a figura do pastor, que tanto representa quanto lidera os demais detentos, e decide quem deve jejuar no dia, ficando responsável pelas *fiéis*¹⁴, ordena os horários de oração fixados a cada três horas, impede a entrada das *jeriquitas*¹⁵, sendo proibido relacionamentos extraconjugais, além de determinar que quem possui condições financeiras deve ajudar a quem não tem, doando comida, material de higiene, dentre outros itens básicos.

Josefa relata uma rivalidade entre as alas descritas onde as alas A, B e C se contrapõem as alas D, E e F por estas abrigarem internos que cometeram crime sexual e agressão a mulheres, o que é amplamente mal visto pela “comunidade” carcerária das primeiras.

Por exemplo, pessoal da A, B, e C eles tem **horror** quem bate em **mulher** e quem abusa de criança, crime sexual até os Maria da Penha eles tem raiva porque eles dizem 'Um filho da puta desse, doutora, vem pra cá, porque bate na **mãe** dos filhos dele, bate na **mãe**.' Então assim, pra eles é muito sagrado.

14 Refeição diária oferecida pela CPPL III através de empresa terceirizada.

15 Mulheres que se dispõem a ter vida amorosa extraconjugual com detentos.

Os internos que desrespeitam as regras das alas que ocupam são *cuspidos*¹⁶ e seguem para o isolamento onde um familiar ou a assistente social tem de negociar a entrada numa nova ala. A interlocutora identifica que quando isso acontece com um detento da ala C, geralmente, significa que ele não compactua mais com o cotidiano de drogas, *telemar*¹⁷ e violência extrema da ala em que vivem. A partir do isolamento é que há a possibilidade de dar assistência diretamente a um detento da ala C.

Eles passam a fazer parte do PACAD <Programa de Apoio ao Drogadito>, aí a gente leva pro setor jurídico, pra ver a situação jurídica, leva para o dentista, leva para o médico, e durante dois meses, a gente dá cobertura a essa pessoa. Aí ele já sai, já vai pra outra ala, as vezes a gente consegue olhar a situação jurídica e ele já vai embora, porque assim, são coisas simples, furto. Que é só a família que não sabe assim começar a resolver o problema porque é muito pobre. A gente já chama a pessoa da família e mostra como é que tem que fazer, ir lá no advogado, no defensor público, ele orienta o que é que ela tem que fazer, aí ela já começa a organizar a vida dessa pessoa.

Jô Feitosa relata que quando o interno não consegue pagar suas dívidas relativas ao uso de entorpecentes no interior da prisão, o mesmo pode ser sequestrado dentro do presídio e, mesmo que seu alvará de soltura seja expedido, o interno não consegue sair pois é impedido pelo dono das drogas daquela ala até que a dívida seja paga em dinheiro através da família ou em trabalho do detento por meio de *telemar*. O aparelho celular é “um dos principais vetores de comunicação que facilita a porosidade do ambiente prisional” (LOURENÇO; de ALMEIDA. 2013), pois, além de possibilitar a manutenção e gerenciamento dos negócios que ficaram na rua, proporciona a continuidade e expansão dos lucros dentro da prisão.

Por situações como essa, Josefa afirma que o cotidiano da CPPL III consiste em muitas dificuldades. Há uma busca por criatividade nas estratégias de aproximação staff-interno, além de vontade de fazer a diferença e dar voz aos que compõem a população carcerária, porém, a rotina do lugar impede que os resultados sejam concretizados. Tal busca está alinhada ao pensamento de Foucault no sentido de que “a prisão não pode se limitar aos discursos formulados sobre ela. É preciso acessar

16 Interno que é expulso da ala que ocupa.

17 Crime de estelionato aplicado pelos internos por intermédio de telefonemas.

igualmente aqueles que vem da própria prisão, como os regulamentos e as decisões que as constituem e nos quais residem as estratégias, os discursos não formulados [...]” (DIAS apud FOUCAULT)

As vezes eu chego lá, pronta pra fazer uma atividade, aí eles dizem 'Não, doutora. A senhora hoje não pode entrar, hoje o dia vai ser de procedimento.' Quer dizer, eu fico com meu dia perdido. Procedimento o que é, é mudança de preso de uma ala pra outra, é procurar, é *baculejo*¹⁸. Então eu não posso entrar porque é bomba de gás lacrimogênio, um monte de coisa, aí eu não posso ficar também numa situação dessa. Então os profissionais não entram. Você vai mas não consegue fazer nada. Ah, fora a má vontade do povo que as vezes é grande...

A interlocutora demonstra uma visão panorâmica do sistema prisional cearense, aponta o aumento da população carcerária e dos presídios, observando as mudanças no perfil dos internos e tendo a sensibilidade de adaptar-se as novas demandas que este novo perfil solicita, além de buscar amenizar as “micropenalidades constitutivas da pena de prisão” (DIAS apud FOUCAULT, 2000). Procura trabalhar em grupos, buscando uma boa interação entre profissional – detentos e entre detentos – detentos, usando estratégias que tenham por ferramenta o teatro, o fanzine, a dança, o psicodrama, incentivando todo tipo de expressão artística por parte da população carcerária e reconhece que essas abordagens trazem bons resultados, como os obtidos, por exemplo, na ala E da CPPL III e, anteriormente, no Presídio Feminino Auri Moura Costa.

Eu discuto muito, eu **brigo muito** com diretor. A minha sorte, minha gente, a minha sorte que eu tenho uma **licença poética** < ri > **incrível**. Porque a maioria dessas pessoas que estão hoje assumindo esses cargos dentro do sistema foram meus alunos nos cursos de formação de agente penitenciário, eles foram agente penitenciário e hoje são diretores. Então, eles tem muito respeito por mim e abre muita concessão pra mim poder fazer esses trabalhos dentro da prisão. Porque senão não entrava. Não é fácil não você pegar botar vinte homens dentro de uma sala trancada com tesoura, cola... precisa

confiar, né? Então eu vou, 'Você vai levar a estagiária?! Olha...', 'Não, não tem problema não...' E assim, eu tenho muita confiança neles. A **primeira coisa** que eu falo com eles, eu digo que confio neles e quero que eles também confiem em mim. Eu não tô pra atrapalhar a vida de ninguém. Eu gosto deles. Como gosto de gente por atacado e a varejo. < ri >. E eu tenho me dado muito bem.

Após 26 anos de trajetória no sistema prisional e ainda em plena atuação, Josefa reflete sobre sua história e identifica uma das práticas que mudaria em sua carreira: não permitiria que crianças entrassem nos presídios. “Porque essas crianças que estão aí, muitas delas, iam pro presídio achando que era lugar de piquenique. Então a cadeia pra eles não é **nada**... Então, se houvesse a possibilidade, de voltar no tempo, essa seria uma das situações.”

Para o futuro próximo, nos planos da aposentadoria que chega em breve, a profissional deseja continuar trabalhando. Apesar de ainda não ter um projeto definido, Josefa nutre uma vontade de proporcionar um espaço que acolha pessoas em situação de vulnerabilidade. “Pretendo me aposentar daqui há dois anos. E aí eu disse 'Olha, vou sair, acabou minha **pena** agora!' Mas não, não era. 'Não, foi porque você reincidiu no crime.' < todos riem > Então eu acho que daqui há dois anos a minha pena termina.”

REFERÊNCIAS

ALVAREZ; et al. Das comissões de solidariedade ao Primeiro comando da capital em São Paulo. In: **Tempo Social, Revista de Sociologia**. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/69033>. Acesso em 20/07/2015.

BECKER, Howard. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

COSTA, L. Sequestro de dom Aluisio completa 20 anos. **Jornal O Povo**. Disponível em <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/03/15/noticiasjornalcotidiano,3220632/sequestro-de-dom-aloisio-completa-20-anos.shtml> Acesso em 03 de julho em 2015.

DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça). Levantamento do sistema penitenciário. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/staticsp.atualidadesdodireito.com.br/iab/files/2014/01/LEVANTAMENTO-SISTEMA-PENITENCIA%CC%81RIO-2012.pdf> Acesso em 21 de julho de 2015.

DIAS, Camila Nunes. Disciplina, controle social e punição: o entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 113-127, June 2014.

_____. **A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo: religião e violência na prisão.** 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2008.

LOURENÇO, Luiz Claudio; de ALMEIDA, Odilza Lines. “Quem mantém a ordem, quem cria a desordem” Gangues prisionais na Bahia. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**, v. 25, nº 1, 2013.

LOURENÇO, L. C. . O carcereiro da grade de ferro. In: **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, p. 391-396, 2014.

_____. Batendo a tranca: impactos do encarceramento em agentes penitenciários da região metropolitana de Belo Horizonte. In: **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, p. 11-31, 2010.

Secretaria de Justiça do Ceará. **Censo penitenciário 2013-2014.** Disponível em <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/component/content/article/58-cidadania-interna/1827-censo-penitenciario> Acesso em 03 de julho de 2015.

ORTNER, Sherry. **Anthropology and Social Theory: culture, power and the acting subject.** Durham, London: Duke University Press, 2006.

Secretaria de Justiça do Ceará. **Unidades prisionais.** Disponível em <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/gestao-penitenciaria/39/69> Acesso em 21 de julho de 2015.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia.** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.